



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA DO SUL**

**ESTADO DO PARANÁ**

**CNPJ Nº 75 771303/0001-07**

**Rua Silvio Beligni, 200 – fone (0xx43)428-1122**

**LEI Nº 647/2025 – LEG**

**SÚMULA:-** - Dispõe sobre a criação do Ecoponto no Município de Marilândia do Sul, destinado ao recolhimento de eletroeletrônicos, pilhas, baterias, lâmpadas e outros materiais especificados, e dá outras providências.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA DO SUL APROVOU, E EU PREFEITO MUNICIPAL, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE ME SÃO CONFERIDAS, SANCIONO A SEGUINTE**

**L E I**

**Art. 1º** Fica criado o Ecoponto no Município de Marilândia do sul, com a finalidade de receber e armazenar temporariamente os seguintes materiais:

- I - Eletroeletrônicos em geral (computadores, televisores, celulares, etc.);
- II - Pilhas e baterias de todos os tipos;
- III - Lâmpadas fluorescentes, de vapor de mercúrio e LED;
- IV - Óleo de cozinha usado;
- V - Pneus, câmaras de ar;
- VI - Outros materiais definidos pelo Executivo municipal.

**Art. 2º** O Ecoponto será instalado em local de fácil acesso à população, preferencialmente em área central ou de grande circulação, e deverá contar com:

- I - Contêineres ou recipientes adequados para cada tipo de material, devidamente identificados;
- II - Área de recepção e triagem dos materiais, se possível;
- III - Espaço para o armazenamento temporário dos materiais coletados;
- IV - Placas informativas sobre os materiais aceitos, o funcionamento do Ecoponto e a importância da destinação correta dos resíduos.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA DO SUL**

**ESTADO DO PARANÁ**

**CNPJ Nº 75 771303/0001-07**

**Rua Silvio Beligni, 200 – fone (0xx43)428-1122**

**Art. 3º** O recolhimento dos materiais no Ecoponto será gratuito e aberto a toda a população do Município.

**Art. 4º** O Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria de Meio Ambiente ou órgão equivalente, será o responsável pela gestão do Ecoponto, incluindo:

I - A instalação e manutenção do espaço;

II - A divulgação do Ecoponto e de seus serviços à população;

III - A coleta e destinação adequadas dos materiais recolhidos, em parceria com empresas especializadas;

IV - A fiscalização do cumprimento desta Lei e de outras normas correlatas.

**Art. 5º** O Poder Executivo Municipal poderá firmar parcerias com empresas privadas, cooperativas ou associações para auxiliar na gestão do Ecoponto, incluindo o financiamento, a coleta e a destinação dos materiais.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Marilândia do Sul, em 25 de março de 2025.

**WALMIR PERES**  
Prefeito Municipal